6. A sustentabilidade do Plano de Benefícios da FAPES

Sebastião Bergamini Junior (*)

Este artigo examina o nível de sustentabilidade do Plano Básico de Benefícios- PBB de nossa Fundação, com base em informações extraídas do Relatório de Atividades de 2010 e do Comunicado da Diretoria da FAPES deste mês, ambos disponíveis no site da Fundação.

O desempenho e a sustentabilidade do PBB de uma entidade fechada de previdência complementar podem ser avaliados por meio de confirmação da adequação do cálculo de suas obrigações atuariais, de forma comparativa com a qualidade dos recursos garantidores das reservas técnicas. Essas verificações complementam a visão estática e pontual do nível de solvência, representada pelo superávit ou déficit registrado nos relatórios financeiros.

Essa avaliação deve ser precedida pelo exame das condições sob as quais as informações disponíveis foram processadas. A FAPES tem suas informações revisadas pela auditoria independente a cada semestre, além de contar com uma auditoria de gestão, contratada pelo Conselho Fiscal, e uma auditoria de conformidade, que atende o Conselho Deliberativo. Portanto, a evolução dos negócios da Fundação é certificada externamente e acompanhada pelos diversos Conselhos no âmbito de suas atribuições especificas. Partindo da premissa de que essas instâncias estejam funcionando adequadamente, sou levado a crer que as informações prestadas pela Administração da Fundação têm um alto nível de fidedignidade.

O exame do passivo atuarial do PBB está focado na adequação do cálculo de suas obrigações atuariais, representadas no Balanço Patrimonial da Fundação pelas reservas técnicas. As premissas biométricas e as premissas econômicas devem expressar hipóteses realistas para assegurar o pagamento dos benefícios contemplados no PBB. Nesse contexto, pelo menos duas premissas se destacam como críticas: o realismo da taxa de desconto das obrigações atuariais e a adequação da tabua de mortalidade.

A Fundação desconta suas obrigações atuariais pela taxa real de 6% ao ano, o que no momento se revela pouco realista, pois existem estimativas de que a taxa real da SELIC estará no entorno de 4% ao ano até o final de 2014. Grosso modo, cada ponto percentual de redução implica na necessidade de aumentar as reservas matemáticas em 16%. Sabendo-que nossas reservas são de quase R$ 7,7 bilhões, estima-se, num cenário pessimista, que será necessário aumentar as reservas matemáticas em mais de R$ 2,4 bilhões no triênio 2012/14, ou seja, em cerca de R$ 800 milhões por ano, além do crescimento vegetativo das reservas. Essa necessidade se afigura de difícil atendimento ao serem consideradas as atuais perspectivas de rentabilidade no mercado financeiro e no de capitais.

O crescimento da longevidade vem sendo considerado pela Fundação na constituição das reservas técnicas. A FAPES utiliza a tábua AT-2000, considerada a mais onerosa entre aquelas aceitas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, órgão regulador dos fundos de pensão fechados. Contudo, alguns especialistas têm a opinião de que essa tábua não espelha adequadamente a evolução da sobrevida esperada dos participantes da FAPES.

A FAPES administra os recursos garantidores do seu PBB, representados em 31.10.11 pela carteira de investimentos, que totalizava cerca de R$ 7,3 bilhões, e por financiamento a patrocinadores, no valor de cerca de R$ 700 milhões. Os investimentos estavam distribuídos nos segmentos de renda fixa (55%), de renda variável, incluindo os investimentos estruturados (32%), de ativos imobiliários (8%) e de empréstimos e financiamentos a participantes (4%). A avaliação sumária da qualidade desses investimentos não permite vislumbrar a existência de ativos de altíssima rentabilidade, ou seja, aqueles que permitiriam a obtenção de rendimentos extraordinários em montantes suficientes para suprir a necessidade adicional de 10% acima das necessidades atuariais correntes e voltados para cobrir a mandatória redução da taxa de desconto das obrigações atuariais.

Em termos de solvência, o nosso PBB estava em equilíbrio no dia 31 de outubro passado, apresentando um superávit de R$ 265 milhões, equivalente a 3% das reservas atuariais.

A FAPES está enquadrada nos limites legais para despesas administrativas, salientando que ela é pouco afetada pelo atual nível de despesas administrativas. Em 2010, de um total de R$ 64 milhões, foram apropriados R$ 31 milhões como custo da gestão dos investimentos e transferidos R$ 23 milhões para serem custeados pelos patrocinadores, no âmbito do Plano de Assistência Social, restando R$ 10 milhões como custo da gestão previdencial, valor que representa o impacto final das despesas administrativas nos resultados do PBB da Fundação. Considerando que 10% do total das contribuições dos participantes é coletado e, posteriormente apropriado como carga administrativa, e que esse item ascendeu a cerca de R$ 30 milhões, apurou-se um valor residual positivo de R$ 20 milhões em 2010, que foi alocado ao fundo administrativo para uso no futuro.

Prevejo que a sustentabilidade da FAPES será duramente afetada por mudanças de paradigmas: (1) a redução da rentabilidade real da SELIC implica em diminuição da rentabilidade da carteira de renda fixa e, no médio prazo, impõe uma alteração estrutural na composição dos investimentos, com o aumento da participação da carteira renda variável; (2) a maior participação da renda variável significa uma maior volatilidade nos resultados futuros da carteira de investimentos da Fundação; (3) outra consequência indireta será a decorrente da utilização de uma taxa de desconto real menor para as obrigações atuariais, o que elevará o valor presente dessas obrigações atuariais e fará emergir um desbalanceamento entre ativos e passivos, com o surgimento de déficit estrutural; e (4) por previsão legal e em um futuro não tão distante, esse déficit determinará a revisão do plano de custeio, com a consequente elevação das taxas de contribuição dos participantes ativos e assistidos.

Finalmente, creio que uma das consequências benéficas dessas mudanças de paradigmas será o de evidenciar a necessidade de maior envolvimento dos participantes, sejam ativos ou assistidos, no acompanhamento dos negócios de nossa Fundação, principalmente no que se refere à gestão dos recursos garantidores.